

**Concessionária da Rodovia Presidente
Dutra S.A.**
(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2010
e de 2009

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 15
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	16
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	20
Demonstrações dos valores adicionados	21
Notas explicativas às demonstrações financeiras	22 – 79

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. Discorre também, sobre o trabalho que a NovaDutra vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

Neste exercício, a NovaDutra continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco no usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, do conforto e da fluidez do tráfego na Via Dutra.

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2010 somaram R\$ 1.639 milhões em obras, equipamentos e sistemas, dos quais R\$ 220 milhões referem-se ao ano de 2010. Durante o ano foram executados 282 quilômetros de faixa de restauração do pavimento da rodovia. Merecem destaque neste exercício, além da recuperação do pavimento da rodovia, as obras de reforço, recuperação e alargamento de 11 Obras de Artes Especiais; a implantação de faixa adicional em segmento do canteiro central, km 154+200 ao km 157+000, Pista Sul em São José dos Campos-SP; as obras de segurança com melhorias para os pedestres e a implantação de barreiras rígidas para a maior segurança do usuário.

Cenário Econômico

O cenário econômico volátil não impactou em nosso programa de obras e manutenção das rodovias em 2010. Não ocorreram atos governamentais ou qualquer outro fator relevante que tenha afetado o nosso desempenho.

A nossa estratégia tem sido:

Melhoria de Arrecadação

Trabalhamos continuamente na melhoria de nossa base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades avaliando, inclusive, a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio.

Maximizar Eficiências Operacionais

Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais (rede de comunicação secundária, painel de mensagem variável e call box) e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

Explorar e Desenvolver Oportunidades

Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio; e (c) controle e regularização de painéis (outdoors/totens) ao longo da Rodovia. Tais receitas complementares representam cerca de 2,2% de nossas receitas totais. Estamos realizando também

um estudo de caracterização da demanda, visando identificar segmentos de nossos usuários, suas origens e destino e suas necessidades, melhorando nossa capacidade de análise e projeção da receita e tráfego, permitindo também melhorias no atendimento.

Resultados Operacionais

1. Desempenho Econômico-Financeiro

1.1 - Receitas

Quase a totalidade da nossa receita advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receita, que são pequenas em termos percentuais, em relação à arrecadação de pedágio, incluem principalmente publicidade e uso da faixa de domínio. Os fatores que influenciam a nossa receita operacional são o volume e classes dos veículos pedagiados e as tarifas de pedágio. No exercício de 2010, 80,8% de nossa receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 19,2% resultaram de outras atividades.

Nossas receitas de pedágio e acessória aumentaram aproximadamente R\$ 120,3 milhões em relação a 2009.

Em R\$ mil:

	2009	2010	Crescimento
Receita de Pedágio	R\$ 782.242	R\$ 900.052	15,06%
Receita Acessória	R\$ 22.270	R\$ 24.784	11,29%

O número total de veículos equivalentes, pedagiados na ViaDutra, aumentou de 128 milhões em 2009, para 162 milhões em 2010.

O reajuste das nossas tarifas é feito pela variação da IRT e é aplicado em agosto de cada ano. Quando comparado o valor da tarifa básica de pedágio do quarto trimestre de 2010 com igual período do ano anterior, verifica-se que houve um reajuste de 4,55% em seu valor, passando de R\$ 8,80 (vigente a partir de 01 de agosto de 2009) para R\$ 9,20 (vigente a partir de 01 de agosto de 2010).

1.2 - Deduções da Receita Bruta

Os tributos incidentes sobre a nossa receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as nossas receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3% de todas as nossas receitas.

Em 2010, foram recolhidos aos cofres dos municípios do Rio de Janeiro, São João de Meriti, Mesquita, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Queimados, Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Pirai, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Porto Real, Resende, Itatiaia, Queluz, Lavrinhas, Silveiras, Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Canas, Lorena, Guaratinguetá, Aparecida, Roseira,

Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, São José dos Campos, Jacareí, Guararema, Santa Isabel, Arujá, Guarulhos e São Paulo o montante de R\$ 46 milhões, relativos a ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias, o que representou um incentivo fundamental para a infra-estrutura dessas comunidades.

Isso também aliado aos R\$ 34 milhões de PIS e COFINS pagos em 2010, totalizando mais de R\$ 80 milhões em tributos, valor superior em 15,9% em relação a 2009 (R\$ 69 milhões) principalmente devido ao aumento da receita de pedágio.

1.3 - Custos operacionais e despesas administrativas

No ano de 2010, os custos operacionais e despesas administrativas (R\$ 762.775 mil) foram maiores que as do ano de 2009 (R\$ 577.947 mil), principalmente devido às mudanças dos serviços prestados de operação, manutenção e conservação da rodovia (previstos em contrato).

1.4 – Depreciação e Amortização

No ano de 2010, a depreciação e amortização (R\$ 78.345 mil) foram maiores que as do ano de 2009 (R\$ 65.040 mil), devido às novas aquisições do Ativo Imobilizado e adições do Ativo Intangível.

1.5 - Resultado Financeiro

No ano de 2010 o resultado financeiro foi de (R\$ 73.194 mil), enquanto em 2009 foi de (R\$ 75.147 mil), devido ao reconhecimento do REFIS da Lei 11.941/09 (Taxas, Comissões e Outros).

1.6 - Financiamentos

Ao final de dezembro de 2010, o saldo do endividamento a título de financiamento, somou R\$ 510.564 mil, líquido do custo de transação, conforme abaixo discriminado:

Descrição	Valores em R\$ mil
Empréstimos, Financiamentos e Leasing	
Banco Bradesco S.A.	243
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	608
HSBC Bank Brasil S.A.	310
Banco Alfa de Investimentos S.A.	1.068
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	3.333
	5.562
Debêntures	
Debêntures	505.002
	505.002
Total	510.564

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados a índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Em 2010 todos esses índices foram atingidos.

O pagamento de nosso endividamento frente ao BNDES é mensal e frente aos debenturistas é semestral.

1.7 - Investimentos

No ano de 2010 os investimentos, no montante de (R\$ 220.348 mil), foram maiores que no mesmo período do exercício anterior (R\$ 145.628 mil).

Obras Concluídas:

Recuperação Estrutural

- Ponte sobre o Rio Dos Poços, Km 198,02, Sul (RJ);
- Ponte sobre o Rio Guandu, Km 199,15, Sul (RJ);
- Ponte sobre o Córrego Águas Lindas, Km 202,68 Norte (RJ);
- Ponte sobre o Rio Caximbau, Km 253,37 Sul (RJ);
- Viaduto de Bulhões, Km 292,77, Norte (RJ);
- Ponte sobre o Córrego Jataí, Km 33,66 Norte (SP);
- Viaduto acesso Guará/Aparecida, Km 67,21 Sul (SP);
- Viaduto da R 8/2 (Pas. Inf.), Km 158,43 Sul (SP);
- Viaduto da R 8/2 (Pas. Inf.), Km 158,43 Norte (SP);
- Viaduto Fernão Dias (Alargado), Km 226,95 Lat. Norte (SP);
- Ponte sobre o Córrego dos Remédios, Km 288,60 - Marg. Norte (SP);

Melhoramentos

- Alça do Trevo de Acesso a Arujá, Km 201+000 - Pista Norte e Sul – SP;
- Implantação de Acesso ao Distrito Industrial de Guararema, Km 176+600 (SP);

Outros Melhoramentos

- Implantação de Passarela de Pedestre - Nec, Km 213,8 (SP);
- Acesso Café Jardim, Km 229,60 ao 230,50, Sul (SP);
- Sinalização, Km 223, Norte e Sul (SP);
- Implantação de Passarela de Pedestre Km 161 (SP);
- Drenagem Km 195 (SP) – Região das Pedreiras;

- Implantação de Faixa Adicional em Segmento do Canteiro Central, Km 154+200 ao km 157+000, Pista Sul (SP);
- Obras de Segurança: Dispositivo Anti – Ofuscante.

3. Redução de Acidentes

Em 1997, as estatísticas apontavam para a ocorrência de 773 acidentes, em média, por mês. Em 2010, o índice mensal foi de 915 acidentes, apenas 8,4% superior ao registrado em 1997, em virtude do tráfego ter aumentado consideravelmente neste período.

Vale ainda ressaltar que o número de vítimas fatais reduziu em 53% se compararmos o ano de 2010 com o ano de 1996, quando teve início a concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a NovaDutra continua realizando ações para a superação desses índices dentre as quais destacamos:

- Programa Estrada para a Cidadania, onde cerca de 78 mil alunos da rede pública de 34 municípios situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, recebem as primeiras noções sobre trânsito, direção responsável e cidadania.
- Programa Estrada para a Saúde, desenvolvido pela NovaDutra em parceria com a Petrobrás Distribuidora, é destinado ao bem estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia a dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde. Em 2010, foram atendidos 3.000 caminhoneiros.

4. Atendimento ao Usuário

O Sistema de Atendimento ao Usuário da NovaDutra registrou em 2010 **388.670** acionamentos de recursos, destacando-se:

- **86.182** acionamentos de viaturas de inspeção tráfego;
- **38.212** acionamentos de Ambulância/Resgate;
- **224.615** acionamentos de guinchos leves e pesados;
- **39.661** acionamentos diversos (caminhões-pipa, apreensão de animais, Munck e outros).

O sistema de monitoramento de tráfego, operado por meio de câmeras de TV, interligadas, por redes de fibras óticas, ao CCO (Centro de Controle Operacional) aliado ao 0800 (Disque NovaDutra - 24 horas), ao sistema de telefonia de emergência instalado a cada quilômetro da rodovia e com a efetiva atuação da inspeção de tráfego apoiada por sofisticados equipamentos de monitoramento, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Rodoviária Federal, da ANTT, da Defesa Civil e dos Bombeiros contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente na rodovia.

5. Política Ambiental

A NovaDutra está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com os três níveis de governos: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação de nossos estabelecimentos e/ou atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A NovaDutra tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento quer sejam medidas compensatórias e/ou mitigadoras, além de contratar uma consultoria especializada para definição dos procedimentos e política ambiental.

Além disso, a NovaDutra através do Programa Coleta Seletiva, com o compromisso e a conscientização dos colaboradores durante o ano de 2010, entregou para reciclagem 13 toneladas de materiais coletados nos postos de trabalho.

6. Responsabilidade Social

Estrada para a Cidadania

Criado em 2005, esse projeto oferece noções de segurança de trânsito e de cidadania a alunos do 4º ano de escolas públicas municipais.

O Programa fornece material didático gratuito às escolas abrangidas, além de oficinas pedagógicas para os educadores.

Em 2010, o Programa beneficiou 78 mil alunos e 3.000 educadores em 36 municípios servidos pela Via Dutra.

Estrada para a Saúde

O Programa Estrada para a Saúde é destinado ao bem-estar do motorista de caminhão, oferecendo gratuitamente exames clínicos, informações para melhorar o dia-a-dia ao volante e educando o caminhoneiro a ter mais cuidado com a sua saúde.

Este programa leva para a rodovia, médicos, enfermeiros e estudantes de saúde para oferecer exames gratuitos aos caminhoneiros em postos de serviços.

Em 2010, foram atendidos mais de 3 mil motoristas profissionais e aplicadas 1.095 doses de vacinas, entre elas hepatite B, dupla viral, dupla adulto, tríplice viral, antitetânica e febre amarela.

Trailer Odontológico

A CCR NovaDutra mantém um consultório dentário completo à bordo de um trailer que, atualmente, fica estacionado em um posto de serviços localizado no município de Roseira (SP).

O Projeto promove o atendimento odontológico gratuito aos caminhoneiros, inculcando as práticas de higiene bucal com o objetivo de reduzir os níveis atuais de cáries e doenças periodontais, bem como a ampliação do acesso desses profissionais ao tratamento.

Em 2010, mais de 1 mil motoristas profissionais foram atendidos pelo projeto.

Cine Tela Brasil (Lei Rouanet)

O Cine Tela Brasil consiste em uma grande tenda de 13m x 15m, onde são instaladas 225 cadeiras, equipamento profissional de projeção 35mm (cinemascope), som stereo surround e ar condicionado de última geração. Toda a estrutura é montada e desmontada a cada visita, sendo transportada por um caminhão, que durante as sessões transforma-se em sala de projeção.

Em 2010, o projeto atendeu 35.295 pessoas no eixo da Rodovia Dutra que assistiram gratuitamente filmes nacionais da mais alta qualidade.

Circo Roda Brasil (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra também apóia o Circo Roda Brasil que traz uma nova vitalidade à arte circense, levando ao público espetáculos modernos e diferenciados.

Durante o ano de 2010 o público foi de 6.248 espectadores.

Música nas Escolas de Barra Mansa (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra apóia ainda o projeto Música nas Escolas, na cidade Barra Mansa, que oferece educação musical a crianças e adolescentes. O projeto mantém, entre outros, uma Orquestra Sinfônica e uma Banda Marcial, reconhecidos nacionalmente.

A proposta de oferecer teoria e prática musicais de qualidade deu tão certo que, hoje, caracteriza-se numa verdadeira revolução que já envolve 22 mil jovens e está formando uma nova geração de músicos e espectadores qualificados.

Festival Vale do Café (Lei Rouanet)

Com o patrocínio da CCR NovaDutra, o Festival Vale do Café é realizado na região cafeeira fluminense no período de 23 de julho a 01 de agosto 2010. A 8ª edição do Festival, envolveu os municípios de Vassouras, Piraí, Engº Paulo de Frontin, Barra do Piraí, Valença, Mendes, Paty do Alferes e Rio das Flores. O evento remunera aproximadamente 700 profissionais e beneficia mais de 1.000 alunos de música. Em 2010, foram mais de 70.000 pessoas que prestigiaram o evento e acumula público de mais de 520.000 pessoas, desde a sua primeira edição em 2003, gerando desta maneira um grande crescimento econômico para a região.

IV Festival CINEMÚSICA (Lei Rouanet)

Com o patrocínio da CCR NovaDutra, o IV Festival CINEMÚSICA, foi realizado entre os dias 03 a 07 de setembro, em Conservatória (Valença – RJ). O Festival promoveu o encontro do cinema com a música e o som. O evento reuniu 50 filmes, entre longas, curtas e médias-metragens nacionais onde a música foi o destaque principal. Em 2010, mais de 15.000 pessoas puderam prestigiar o festival.

A Magia do Natal

Circuito de Arte e Cultura nas Agulhas Negras

Com a parceria da CCR NovaDutra, foi realizado o projeto “A Magia do Natal Circuito de Arte e Cultura nas Agulhas Negras”, no período de 18 de dezembro de 2010 a 02 de janeiro de 2011. O evento busca transformar a região das Agulhas Negras num circuito referencial do Natal, como palco de um grande espetáculo de arte, música, luz e resgate do espírito natalino. Neste evento, 20.000 pessoas puderam prestigiar a cultura de região.

Equipe Joseense de Rali 2010 (Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

A CCR NovaDutra integra o grupo de patrocinadores da Equipe Petrobras Lubrax de Rali. O incentivo visa a formação e aprimoramento técnico-esportivo de atletas para representar o município em competições nacionais e/ou internacionais na modalidade de Rali e promove palestras sobre segurança em escolas públicas de São José dos Campos.

Primeira Camisa (Fundo de Apoio ao Desporto não Profissional do Município de São José dos Campos - SP)

A CCR NovaDutra também patrocina o projeto Primeira Camisa. Idealizado pelo ex-jogador da Seleção Brasileira, Roque Junior, o projeto beneficia 110 jovens e adolescentes e visa o incentivo ao desenvolvimento e prática de esportes e lazer, como instrumento de inclusão social em áreas de maior vulnerabilidade, promovendo a ética, a paz e a cidadania.

Jump Festival (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Festival gratuito de esportes radicais que atraiu para a cidade alguns dos maiores talentos da atualidade. O evento reuniu mais de 60.000 pessoas, marcando um momento importante para o esporte no município de Jacareí – SP.

Handebol em Ação (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

A CCR NovaDutra patrocina ainda a equipe masculina e feminina de Handebol do município de Jacareí. O projeto promove a inclusão social e formação de novas gerações de atletas em várias idades.

Formação de Equipes de Tênis de Mesa (LIFE – Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte do Município de Jacareí)

Patrocinado pela CCR NovaDutra, o projeto Tênis de Mesa também tem como objetivo a inclusão social e formação de atletas de alto rendimento. Em 2010, a equipe conquistou vários títulos, entre eles o campeonato brasileiro, jogos regionais e abertos do interior, considerados os mais importantes da região.

Rugby Social (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José dos Campos)

A proposta do projeto apoiado pela CCR NovaDutra e desenvolvido em São José dos Campos (SP), pelo São José Rugby Clube é contribuir para a promoção social por meio do ensino do esporte a 150 meninos e meninas com idades entre 7 e 17 anos.

Fundação Gol de Letra (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo)

Fundado pelos ex-jogadores de futebol, Rai e Leonardo, o projeto tem como objetivo dar uma perspectiva de vida a moradores de regiões socialmente vulneráveis, oferecendo atividades de arte, cultura, esporte e lazer, promovendo o fortalecimento das comunidades. O projeto beneficia 240 crianças e adolescentes.

Instituto Janeth Arcain (Lei Federal de Esporte)

Criado pela ex-jogadora da seleção brasileira de basquete, Janeth Arcain, o projeto tem como missão proporcionar às crianças e aos jovens, desenvolvimento físico e mental harmonioso, respeito por regras e companheiros, sociabilidade e amor pela atividade física, através de treinos práticos e teorias formativas para sua qualidade de vida. O Núcleo de Formação do Projeto Janeth da Cidade de Pindamonhangaba atende cerca de 100 crianças, divididas em quatro grupos de alunos na faixa etária de 7 a 13 anos.

Síndrome do HIP HOP (LIF - Lei de Incentivo Fiscal do Município de São José dos Campos)

Grupo de dança de rua formado por alunos da ASIN - Associação para Síndrome de Down que realiza apresentações em escolas públicas e eventos, estimulando o debate e propiciando a quebra de preconceitos em relação à Síndrome de Down.

Construindo Música (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

Projeto realizado no município, onde alunos constroem instrumentos de percussão e aprendem música e descobrem novas possibilidades de trabalho em grupo.

Curta na Rua (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

A CCR NovaDutra patrocina também o projeto Curta na Rua que exhibe os curtas-metragens em espaços públicos, produzidos pelos próprios alunos do projeto que ajudam a democratizar o acesso à produção audiovisual brasileira.

Encantos e Malassombras de Jacarehy (LIC – Lei de Incentivo a Cultura do Município de Jacareí)

O projeto Encantos e Malassombras propõe revalorizar e divulgar a memória cultural de Jacareí (SP), por meio do registro das histórias fantásticas do universo mágico regional narradas por moradores da cidade. O projeto envolve a produção de um livro com 3 mil exemplares para distribuição gratuita em escolas e instituições jacareenses, a criação de um blog para difundir as histórias coletadas e apresentações teatrais com as presenças dos escritores Elton Rivas, Maristela Lemes, Tatiana Baruel.

Dia Mundial do Meio Ambiente

Em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho), os alunos contemplados pelo Programa Estrada para a Cidadania distribuíram 500 mudas de árvores e plantas ornamentais aos usuários da Via Dutra. O evento contou com a parceria do Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba (CEAVAP), da Polícia Rodoviária Federal e apoio da Secretaria Municipal de Educação de Roseira.

Viveiro de Mudanças

A CCR NovaDutra mantém um viveiro de mudas de árvores nativas da mata atlântica na cidade de Roseira - SP. Este projeto também contempla a recuperação de duas áreas de nascente às margens da rodovia e visitas de escolas ao viveiro.

A ação conta com o apoio do CEAVAP – Centro de Estudos Ambientais do Vale do Paraíba, entidade mantenedora da Faculdade de Roseira-SP.

A proposta do projeto é produzir mudas de árvores de espécies remanescentes da mata atlântica.

Distribuição de Mudanças no Dia da Árvore

Em 2010, a CCR NovaDutra em parceria com o SOS Mata Atlântica distribuíram nas praças de pedágios 15.000 mudas em alusão ao Dia da Árvore.

Parque Jardim Jurema

A CCR NovaDutra também apóia a revitalização do Parque Natural Jardim Jurema, em São João de Meriti, na baixada fluminense.

Até 2011, a Concessionária participará da recuperação florestal e modernização do Parque, em ação que inclui plantio de 5 mil árvores nativas de mata atlântica

Projeto Socioambiental Sacolona

Projeto socioambiental que transforma lonas de comunicação rodoviária em sacolas, bolsas e estojos, diminuindo o descarte desta matéria prima nos lixões, além de gerar trabalho e renda para costureiras envolvidas no projeto.

Projeto Caravana Musical do Rio de Janeiro (Lei Rouanet)

Projeto visa difundir obras do repertório colonial brasileiro, com concertos públicos gratuitos em cidades do litoral do Rio de Janeiro. Mais de 450 pessoas puderam prestigiar os concertos.

Festa do Teatro São Paulo e Rio de Janeiro (Lei Rouanet)

A CCR NovaDutra também patrocinou o projeto Festa do Teatro São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo foram distribuídos 40 mil ingressos e contou com 160 peças em cartaz. No Rio de Janeiro foram distribuídos 12 mil ingressos, para as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, e contou com 48 peças. O projeto tem como objetivo democratizar o acesso à rica diversidade da produção cênica contemporânea brasileira e levar cultura para pessoas com menos acesso às produções nacionais de qualidade.

Documentário Rio de Janeiro: Segurança em Jogo

O documentário visa identificar as principais ameaças e apontar quais são os desafios e as providências em andamento para garantir a tranquilidade dos turistas no Rio de Janeiro durante os eventos esportivos. Além disso, o documentário apresenta um panorama das forças públicas da cidade.

7. Dividendos

Em 2010, com a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, a NovaDutra distribuiu dividendos em fevereiro e novembro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 141.385 mil.

8. Reconhecimentos

A NovaDutra recebeu prêmio (Troféu Topper) com o projeto Rugby Social que trabalha a inclusão social através do esporte.

9. Considerações finais

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no seguinte: o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras da Concessionária, aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

10. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido pela KPMG Auditores Independentes, nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

11. Agradecimentos

Neste ano de 2010, marcado por realizações e conquistas, a CCR NovaDutra agradece a todos os nossos usuários, aos acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

Santa Isabel, 11 de março de 2011.

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
Santa Isabel - SP

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras . Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras , independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2



DFP NovaDutra 12
2010 v 10.xlsx

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, compreendendo 402,2 km, mediante cobrança de pedágio.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2012;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;
- Duplicação das pistas na Serra das Araras, a partir de 2012 até 2015.

Bens reversíveis

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelos contratos de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados, e cuja implementação devidamente autorizada pelo Poder Concedente tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem demonstrados sobre esse conceito.

Em 11 de março de 2011 foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 19 – Classificação de arrendamento mercantil;
- Nota 3 – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8a – Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 9b – Impostos diferidos;
- Nota 11 – Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 12 – Amortização do ativo intangível;
- Nota 17 – Provisão para contingências;
- Nota 18 – Provisão de manutenção;
- Nota 21 – Mensuração de instrumentos financeiros.

3 Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras e na preparação do balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, para fins de transição para as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitidos durante 2009 e 2010, com vigência para 31 de dezembro de 2010.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Receitas de serviços

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;
- As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;
- Receitas de construção: segundo a Interpretação Técnica ICPC 01, quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com a Deliberação CVM 576/09, correlacionada ao Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota explicativa nº. 21.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem aplicações financeiras.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos e partes relacionadas.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: partes relacionadas, empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, outras contas a pagar e leasing.

Os passivos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

iii. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo quando designados.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

e. Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

/considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem os custos de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

A Companhia optou por não valorizar os seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, melhor representa os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

g. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item p.

h. Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 19a.

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva, conforme nota explicativa nº. 19b.

i. Redução ao valor recuperável de ativos

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto e à respectiva elasticidade do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Provisão de manutenção – contratos de concessão:

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixas previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

k. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

m. Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Durante o exercício de 2010, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$ 382 (R\$ 331 em 2009).

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, à taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização de 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social. A opção definitiva e irrevogável foi formalizada por ocasião da entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2009 (ano base 2008).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

q. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Administração não identificou outro segmento operacional além de concessão de rodovias nas operações da Companhia.

r. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Algumas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como não foram emitidos atos normativos pela Comissão de Valores Mobiliários e CPC e, portanto, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Dentre essas normas estão:

- IFRS 9 Financial Instruments;
- Limited exemption from Comparative IFRS 7 (Divulgações para adotantes iniciais);
- Improvements to IFRS 2010;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Emenda ao IFRIC 14);
- Emendas ao IAS 32 (Classification of rights issues).

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar parte de suas captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do IGP-M relativo às debêntures, (2) do CDI para empréstimos de capital de giro (3) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 7, 13 e 14.

As tarifas de pedágio são atualizadas anualmente pela média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, monitora o nível de dividendos para acionistas e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

6 Adoção inicial Pronunciamento CPC 43

Base para transição

Aplicação da CPC 43

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações financeiras anuais elaboradas e apresentadas em conformidade com a CPC-43. A data de transição adotada foi 1º de janeiro de 2009.

Conciliação entre a nova e a antiga prática contábil

As políticas contábeis descritas na nota explicativa nº. 3 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura para a posição financeira e patrimonial em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

Reconciliação entre as demonstrações financeiras na adoção das práticas contábeis

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2009			01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Circulante							
Caixas e equivalentes de caixa		32.334	-	32.334	25.381	-	25.381
Contas a receber		9.211	-	9.211	8.718	-	8.718
Partes relacionadas		37.397	-	37.397	32.113	-	32.113
Impostos a recuperar		1.259	-	1.259	1.064	-	1.064
Ativo fiscal diferido	(e)	3.899	(3.899)	-	694	(694)	-
Despesas antecipadas		619	-	619	674	-	674
Outros créditos		649	-	649	1.643	-	1.643
Total do ativo circulante		85.368	(3.899)	81.469	70.287	(694)	69.593
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Ativo fiscal diferido	(e)	2.206	88.769	90.975	1.390	62.090	63.480
Depósitos judiciais		1.502	-	1.502	1.381	-	1.381
		3.708	88.769	92.477	2.771	62.090	64.861
Imobilizado	(a) (b) (c)	741.071	(665.654)	75.417	663.225	(587.857)	75.368
Intangível	(a) (c) (f) (g)	3.113	926.164	929.277	3.900	845.328	849.228
Total do ativo não circulante		747.892	349.279	1.097.171	669.896	319.561	989.457
Total do ativo		833.260	345.380	1.178.640	740.183	318.867	1.059.050

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais (Continuação)

Passivo	Nota	31/12/2009			01/01/2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado	Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		363.079	-	363.079	2.751	-	2.751
Debêntures		24.181	-	24.181	28.041	-	28.041
Fornecedores		28.789	-	28.789	25.215	-	25.215
Partes relacionadas		23.579	-	23.579	21.325	-	21.325
Impostos e contribuições a recolher		11.169	-	11.169	12.407	-	12.407
Juros sobre capital próprio		11.944	-	11.944	20.670	-	20.670
Obrigações sociais e trabalhistas		1.680	-	1.680	2.239	-	2.239
Impostos e contribuições parcelados		7.200	-	7.200	5.681	-	5.681
Dividendos a pagar	(h)	-	-	-	314.190	(263.122)	51.068
Outras contas a pagar		7.564	-	7.564	7.044	-	7.044
Provisão de manutenção	(d)	-	82.406	82.406	-	1.979	1.979
Total do passivo circulante		479.185	82.406	561.591	439.563	(261.143)	178.420
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos		1.396	-	1.396	1.647	-	1.647
Debêntures		-	-	-	50.489	-	50.489
Impostos e contribuições parcelados		25.989	-	25.989	9.040	-	9.040
Provisão para contingências		6.300	-	6.300	3.650	-	3.650
Passivo fiscal diferido	(e)	-	106.221	106.221	-	100.177	100.177
Provisão de manutenção	(d)	-	115.312	115.312	-	141.431	141.431
Total do passivo não circulante		33.685	221.533	255.218	64.826	241.608	306.434
Patrimônio líquido							
Capital social		230.769	-	230.769	208.601	-	208.601
Reserva de lucros	(b) (c) (d) (e) (h) (f)	89.621	41.441	131.062	27.193	338.402	365.595
Total do patrimônio líquido		320.390	41.441	361.831	235.794	338.402	574.196
Total do passivo e patrimônio líquido		833.260	345.380	1.178.640	740.183	318.867	1.059.050

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Demonstrações dos Resultados

	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Receita operacional bruta				
Receita de pedágio		782.242	-	782.242
Receita de construção	(g)	-	129.313	129.313
Outras receitas		22.270	-	22.270
		804.512	129.313	933.825
Deduções da receita bruta		(69.640)	-	(69.640)
Receita operacional líquida		734.872	129.313	864.185
Custos dos serviços prestados				
Custo de construção	(i)	-	(129.313)	(129.313)
Provisão de manutenção	(d)	-	(34.368)	(34.368)
Depreciação e amortização	(b) (c) (f)	(82.405)	19.187	(63.218)
Custos com obrigações poder concedente		(17.362)	-	(17.362)
Serviços	(b)	(223.376)	(17.022)	(240.398)
Custo com pessoal		(5.628)	-	(5.628)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.209)	-	(3.209)
Outros		(4.456)	-	(4.456)
		(336.436)	(161.516)	(497.952)
Lucro bruto		398.436	(32.203)	366.233
Despesas gerais e administrativas		(79.995)	-	(79.995)
Despesas financeiras (i)	(c) (d)	(80.499)	(19.066)	(99.565)
Receitas financeiras		24.418	-	24.418
Outras despesas operacionais		(171)	-	(171)
Resultado antes dos impostos		262.189	(51.269)	210.920
Imposto de renda e contribuição social - Correntes		(92.879)	-	(92.879)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(e)	4.022	17.430	21.452
Lucro líquido do exercício		173.332	(33.839)	139.493
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)				
Ordinárias		1,2820		1,0317
Preferenciais		1,4102		1,1349

(i) Considera ajuste a valor presente da provisão de manutenção no montante de R\$ 22.342 e está deduzido de custo de empréstimos capitalizados no montante de R\$ 3.276.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		173.332	(33.839)	139.493
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(e)	(4.022)	(17.430)	(21.452)
Depreciação e amortização	(a) (b) (c) (f)	84.227	(19.187)	65.040
Baixa do ativo imobilizado	(a) (b) (c) (d)	447	43	490
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes		20.395	-	20.395
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	-	(3.276)	(3.276)
Juros sobre impostos parcelados		1.162	-	1.162
Juros, multa e outros encargos sobre impostos parcelados - Lei nº. 11.941/09		34.167	-	34.167
Descontos obtidos sobre impostos parcelados - Lei nº. 11.941/09		(18.373)	-	(18.373)
Provisão (reversão) para devedores duvidosos		186	-	186
Provisão para contingências		4.183	-	4.183
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas		21.354	-	21.354
Constituição (reversão) da provisão de manutenção	(d)	-	34.368	34.368
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	(d)	-	22.342	22.342
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução dos ativos				
Contas a receber		(679)	-	(679)
Partes relacionadas		(5.284)	-	(5.284)
Impostos a recuperar		(195)	-	(195)
Despesas antecipadas		928	-	928
Aumento (redução) dos passivos				
Fornecedores		3.574	-	3.574
Partes relacionadas		13.215	-	13.215
Obrigações sociais e trabalhistas		(559)	-	(559)
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para imposto de renda e contribuição social		274	-	274
Liquidação de contingências		(1.533)	-	(1.533)
Realização de provisão de manutenção	(d)	-	(2.402)	(2.402)
Outras contas a pagar		520	-	520
Juros sobre o capital próprio		(8.726)	-	(8.726)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		318.593	(19.381)	299.212
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(a) (b) (c) (d)	(172.692)	150.437	(22.255)
Aquisição de ativo intangível	(a) (g)	-	(131.056)	(131.056)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(172.692)	19.381	(153.311)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos		(388.874)	-	(388.874)
Juros sobre o capital próprio		(14.052)	-	(14.052)
Mútuos com partes relacionadas				
Captações		326.000	-	326.000
Pagamentos		(347.354)	-	(347.354)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações		347.790	-	347.790
Pagamentos		(62.458)	-	(62.458)
Caixa líquido (usado nas) oriundo das atividades de financiamento		(138.948)	-	(138.948)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		6.953	-	6.953
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		25.381	-	25.381
No final do exercício		32.334	-	32.334
		6.953	-	6.953

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Demonstrações do Valor Adicionado

	Nota	2009		
		Publicado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Receitas				
Receita de pedágio		782.242	-	782.242
Receita de construção	(g)	-	129.313	129.313
Outras receitas		22.270	-	22.270
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de construção	(i)	-	(129.313)	(129.313)
Provisão de manutenção	(d)	-	(34.368)	(34.368)
Custos dos serviços prestados	(b)	(247.046)	(17.022)	(264.068)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(69.324)</u>	<u>-</u>	<u>(69.324)</u>
Valor adicionado bruto		<u>488.142</u>	<u>(51.390)</u>	<u>436.752</u>
Depreciação e amortização	(a) (b) (c) (f)	<u>(84.227)</u>	<u>19.187</u>	<u>(65.040)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>403.915</u>	<u>(32.203)</u>	<u>371.712</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras		<u>24.418</u>	<u>-</u>	<u>24.418</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>428.333</u>	<u>(32.203)</u>	<u>396.130</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta		10.154	-	10.154
Benefícios		1.102	-	1.102
FGTS		541	-	541
Outras		65	-	65
Tributos				
Federais	(e)	127.667	(17.430)	110.237
Estaduais		131	-	131
Municipais		40.218	-	40.218
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(c)	73.073	19.066	92.139
Aluguéis		2.050	-	2.050
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio		14.052	-	14.052
Dividendos		74.684	-	74.684
Lucros retidos do exercício	(h)	84.596	(33.839)	50.757
		<u>428.333</u>	<u>(32.203)</u>	<u>396.130</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Composição dos ajustes efetuados no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e no resultado do exercício de 2009 por natureza de ajuste:

	Nota	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
Ajustes no Patrimônio Líquido			
Patrimônio líquido (prática contábil anterior)		320.390	235.794
Ajustes referente a Contratos de Concessão			
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(66.395)	(49.373)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	633.845	562.045
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(322.633)	(270.982)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(197.718)	(143.410)
Realização de provisão de manutenção	(d)	(2.402)	-
Custos de Empréstimos			
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	22.489	19.213
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(5)	(1)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(4.389)	(3.431)
Reclassificação de dividendos propostos para patrimônio líquido	(h)	-	263.122
Impostos Diferidos	(e)	(21.351)	(38.781)
Patrimônio líquido conforme CPC's		<u>361.831</u>	<u>574.196</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2009</u>
<u>Ajustes no Resultado do Exercício</u>		
<i>Lucro líquido do exercício (prática contábil anterior)</i>		173.332
Ajustes referente a Contratos de Concessão		
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(17.022)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	71.800
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(51.651)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(56.710)
Custos de Empréstimos		
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	3.276
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(4)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(958)
Impostos Diferidos	(e)	17.430
<i>Lucro líquido do exercício conforme CPC's</i>		<u>139.493</u>

Detalhamentos sobre a transição para as CPC's

- a. Reclassificação do ativo imobilizado para o ativo intangível;
- b. Reclassificação de ativos imobilizados para custo (gastos não periódicos para recomposição/revitalização de ativos);
- c. Custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados;
- d. Constituição da provisão de manutenção e ajuste a valor presente;
- e. Reclassificação de imposto diferido de curto prazo para longo prazo e contabilização do imposto diferido sobre os ajustes da adoção inicial;
- f. Adoção da amortização pela curva de benefício econômico;
- g. Receita de construção;
- h. Reclassificação de dividendos propostos para patrimônio líquido;
- i. Custo de construção.

Conciliação dos ajustes efetuados no resultado nas informações trimestrais

As Informações Trimestrais abaixo foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

	Nota	<u>30/09/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
<u>Ajustes no Resultado do Período</u>				
Lucro líquido do período (prática contábil anterior)		131.665	82.904	38.600
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(9.955)	(7.152)	(3.752)
Reversão de depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	52.347	33.871	16.656
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(37.110)	(23.886)	(11.553)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(39.807)	(25.538)	(12.396)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	1.522	233	71
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(3)	(1)	(1)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(699)	(459)	(226)
Impostos Diferidos	(e)	11.457	7.793	3.802
Lucro líquido do período conforme CPC's		<u>109.417</u>	<u>67.765</u>	<u>31.201</u>
<u>Ajustes no Patrimônio Líquido</u>		<u>30/09/2009</u>	<u>30/06/2009</u>	<u>31/03/2009</u>
Patrimônio líquido (prática contábil anterior)		292.775	318.698	274.394
Ajuste saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009				
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(49.373)	(49.373)	(49.373)
Reversão de depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	562.045	562.045	562.045
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(270.982)	(270.982)	(270.982)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(143.410)	(143.410)	(143.410)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	19.213	19.213	19.213
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(1)	(1)	(1)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(3.431)	(3.431)	(3.431)
Impostos Diferidos	(e)	(38.781)	(38.781)	(38.781)
Ajuste do Resultado do Período		(22.248)	(15.139)	(7.399)
Patrimônio líquido conforme CPC's		<u>345.807</u>	<u>378.839</u>	<u>342.275</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
<u>Ajustes no Resultado do Período</u>				
<i>Lucro líquido do período (prática contábil anterior)</i>		128.328	83.198	47.204
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(27.735)	(14.995)	(5.808)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	60.603	38.876	19.493
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(46.821)	(29.961)	(14.227)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(11.834)	(7.475)	(6.702)
Reversão de despesas de serviço de operação de rodovias	(d)	31.822	17.994	4.498
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	7.952	5.227	2.298
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(21)	(11)	(3)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(859)	(540)	(258)
Impostos Diferidos	(e)	(4.458)	(3.101)	239
<i>Lucro líquido do período conforme CPC's</i>		<u>136.977</u>	<u>89.212</u>	<u>46.734</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

<u>Ajustes no Patrimônio Líquido</u>		<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>31/03/2010</u>
<i>Patrimônio líquido (prática contábil anterior)</i>		424.253	379.123	343.129
Ajuste saldo de abertura em 1º de janeiro de 2009				
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(49.373)	(49.373)	(49.373)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	562.045	562.045	562.045
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(270.982)	(270.982)	(270.982)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(143.410)	(143.410)	(143.410)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	19.213	19.213	19.213
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(1)	(1)	(1)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(3.431)	(3.431)	(3.431)
Impostos Diferidos	(e)	(38.781)	(38.781)	(38.781)
Ajuste no saldo de 31 de dezembro de 2009				
Ajustes referente a Contratos de Concessão				
Reclassificação do ativo imobilizado para custo	(b)	(68.763)	(68.763)	(68.763)
Reversão depreciação anteriormente calculada pelo método linear	(a) (b)	633.812	633.812	633.812
Amortização ativo intangível - direito de exploração de infraestrutura	(f)	(322.634)	(322.634)	(322.634)
Constituição de provisão de manutenção	(d)	(197.718)	(197.718)	(197.718)
Custos de Empréstimos				
Capitalização de custo de empréstimos	(c)	22.489	22.489	22.489
Depreciação de custo de empréstimos	(c)	(5)	(5)	(5)
Amortização de custo de empréstimos	(c)	(4.389)	(4.389)	(4.389)
Impostos Diferidos	(e)	(21.351)	(21.351)	(21.351)
Ajuste do Resultado do Período		8.649	6.014	(470)
<i>Patrimônio líquido conforme CPC's</i>		<u>549.623</u>	<u>501.858</u>	<u>459.380</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e bancos	1.958	3.395	3.180
Aplicações financeiras	<u>15.737</u>	<u>28.939</u>	<u>22.201</u>
	<u>17.695</u>	<u>32.334</u>	<u>25.381</u>

As aplicações financeiras são feitas em fundos de investimentos de renda fixa, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração já apropriada. As mesmas foram

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

remuneradas à taxa de 99,35% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), equivalente a 9,68% ao ano (9,97% a.a. em 31 de dezembro de 2009 e 12,19% a.a em 01 de janeiro de 2009).

8 Contas a receber

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
Ocupação da faixa de domínio	6.793	5.500	5.530
Vale pedágio, cupons a receber e cartão de crédito	4.751	3.880	3.187
Locação de painéis publicitários	296	246	212
Tarifa sobre eventos	40	41	45
Outros	69	57	71
	<u>11.949</u>	<u>9.724</u>	<u>9.045</u>
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(462)</u>	<u>(513)</u>	<u>(327)</u>
	<u>11.487</u>	<u>9.211</u>	<u>8.718</u>
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Crédito a vencer	10.659	9.142	8.623
Créditos em atraso até 60 dias	819	65	81
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	9	4	14
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	10	1	21
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	20	7	42
Créditos em atraso a mais de 361 dias	432	505	264
	<u>11.949</u>	<u>9.724</u>	<u>9.045</u>

(a) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias e isso representa o histórico de perda da Companhia.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

9 *Imposto de renda e contribuição social*

a. *Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos*

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real anual				
Lucro antes do IRPJ e CSLL	197.611	197.611	210.920	210.920
Ajustes para o cálculo dos impostos				
Adições	415.038	415.038	305.124	305.124
Ativo imobilizado reclassificado para custo	45.055	45.055	16.996	16.996
Amortização do ativo intangível - direito de uso da infraestrutura	74.529	74.529	63.181	63.181
Amortização de custo de empréstimos capitalizados	1.248	1.248	962	962
Constituição provisão de manutenção	57.212	57.212	34.369	34.369
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	35.653	35.653	22.342	22.342
Custo de construção	189.104	189.104	129.313	129.313
Provisões - diferenças temporárias	6.004	6.004	5.688	5.688
Provisões indedutíveis (b)	1.818	1.818	1.670	1.670
Despesas indedutíveis (c)	1.223	1.223	950	950
Despesas com incentivos fiscais	2.460	2.460	2.292	2.292
Parcelamentos INSS/IRPJ/CSLL - Lei 11.941	604	604	27.113	27.113
Outros ajustes do regime tributário de transição	128	128	248	248
Exclusões	(347.226)	(347.226)	(252.165)	(252.165)
Depreciação de obras lançadas no custo	(5.790)	(5.790)	(4.383)	(4.383)
Depreciação fiscal linear do ativo intangível	(85.734)	(85.734)	(78.644)	(78.644)
Capitalização dos custos de empréstimos	(12.145)	(12.145)	(3.276)	(3.276)
Depreciação fiscal de obras qualificadas na provisão de manutenção	(1.238)	(1.238)	(282)	(282)
Receita de construção	(189.104)	(189.104)	(129.313)	(129.313)
Outros ajustes do regime tributário de transição	(294)	(294)	(498)	(498)
Descontos obtidos - Lei 11.941	-	-	(18.373)	(18.373)
Reversão de provisões dedutíveis - diferença temporária	(7.099)	(7.099)	(3.344)	(3.344)
Reversão da provisão de manutenção	(45.822)	(45.822)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(14.052)	(14.052)
Base de cálculo dos impostos	265.423	265.423	263.879	263.879
Impostos correntes	63.942	23.889	67.816	25.063
Impostos diferidos				
Base de cálculo dos impostos diferidos	62.877	62.877	(11.829)	(11.829)
Impostos diferidos	(15.765)	(5.675)	(15.774)	(5.678)
Total de impostos correntes e diferidos	48.177	18.214	52.042	19.385
Alíquota efetiva	24%	9%	25%	9%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo não circulante			
Constituição da provisão de manutenção (c)	80.404	67.223	48.759
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	29.811	16.460	12.172
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (b)	3.580	1.186	465
Parcelamento - Lei n°. 11.941 - INSS	2.721	2.520	-
Provisão para contingências	2.590	2.142	1.241
Provisão para participação nos resultados (PLR)	449	292	460
Provisão para devedores duvidosos	156	175	111
Provisão para perda de investimentos	123	123	123
Provisão Rec.Polícia Rodoviária	89	718	-
Parcelamento - Lei n°. 11.941 - IRRF	77	72	-
Outras	67	-	-
Custo da transação - Lei n°. 11.638/07	7	64	149
	<u>120.074</u>	<u>90.975</u>	<u>63.480</u>
Passivo não circulante			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(110.384)	(104.129)	(98.353)
Custos de empréstimos capitalizados (e)	(3.352)	(2.092)	(1.824)
Outras	(144)	-	-
	<u>(113.880)</u>	<u>(106.221)</u>	<u>(100.177)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Depreciação de obras reclassificadas para o custo: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas novas práticas contábeis;
- (b) Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas novas práticas contábeis;
- (c) Constituição da provisão de manutenção: trata-se de impostos diferidos decorrentes da constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

item “b”;

- (d) Depreciação de ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil): trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das novas práticas contábeis;
- (e) Custos de empréstimos capitalizados: trata-se de impostos decorrentes da diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	Transações		Saldos	
	Serviços prestados	Manutenção e aquisição de imobilizado	Ativo circulante	Passivo circulante
Controladora				
CCR S.A. - Divisão Actua (d)	19.159	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Actua Assessoria S.A. (a)	6.916	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog (b)	20.836	-	-	1
Conc.de Rod.do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (g)	-	-	73	129
Conces.do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (g)	-	-	40	5
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (g)	-	-	3	1
CPCI - Cia Particip.Concessões de Infra-Estrutura (g)	-	-	1	28
CPCSP - Cia Particip.Concessões de Serv.Públicos (g)	-	-	8	81
Companhia Operadora de Rodovias (g)	-	-	21	4
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.(f)	-	5.593	-	3.095
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (e)	304.112	-	-	24.961
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	-	-	46.723	-
Profissionais chave				
Remuneração de administradores	2.480	-	-	1.157
Total, 31 de dezembro de 2010	<u>353.503</u>	<u>5.593</u>	<u>46.869</u>	<u>29.462</u>
Total, 31 de dezembro de 2009	<u>232.974</u>	<u>7.883</u>	<u>37.397</u>	<u>23.579</u>
Total, 1º de janeiro de 2009			<u>32.113</u>	<u>21.325</u>

- (a) Prestador exclusivo de serviços de assessoria jurídica e recursos humanos ao Grupo CCR;
- (b) Até 31 de maio de 2010, a Engelog Centro de Engenharia Ltda. atuava como prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR. A partir de 01 de junho de 2010, tais serviços passaram a ser prestados pela Companhia de Participações em Concessões, que em função de reorganização societária a incorporou;
- (c) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) A partir de 1º de junho de 2010 os serviços prestados pela Actua Assessoria e Actua Serviços, passaram a ser prestados pela sua Controladora CCR S.A., em virtude da reorganização societária que incorporou a Actua;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (e) Prestador exclusivo de serviços de operação e manutenção da Rodovia;
- (f) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras da Rodovia; e
- (g) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo a transferência de colaboradores.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	2010	2009
Benefícios de curto prazo	1.147	1.026
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.243	979
Previdência privada	85	72
Seguro de vida	5	4
	<u>2.480</u>	<u>2.081</u>

Na AGO realizada em 30 de abril de 2010, foi fixada a remuneração dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.001.

11 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e Utensílios	10	3.644	(2.073)	1.571	3.390	(1.879)	1.511	3.441	(1.814)	1.627
Máquinas e Equipamentos	13	17.618	(9.671)	7.947	14.776	(8.156)	6.620	13.122	(6.673)	6.449
Veículos	16	20.170	(12.415)	7.755	15.171	(9.774)	5.397	14.780	(7.234)	7.546
Instalações e Edificações	6	1.558	(1.559)	(1)	1.563	(1.451)	112	1.563	(1.266)	297
Sistemas Operacionais	7	100.956	(67.882)	33.074	101.553	(64.326)	37.227	100.111	(58.353)	41.758
Imobilizações em Andamento	-	35.336	-	35.336	24.550	-	24.550	17.691	-	17.691
		<u>179.282</u>	<u>(93.600)</u>	<u>85.682</u>	<u>161.003</u>	<u>(85.586)</u>	<u>75.417</u>	<u>150.708</u>	<u>(75.340)</u>	<u>75.368</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos bens totalmente depreciados era de R\$ 26.232 (R\$ 20.663 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 17.633 em 1º de janeiro de 2009).

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a sua vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	01/01/2009			31/12/2009			31/12/2010		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	Custo	Adições	Baixas	Transferências (1)	Custo
Móveis e Utensílios	3.441	-	(341)	290	3.390	-	(110)	364	3.644
Máquinas e Equipamentos	13.122	-	(246)	1.900	14.776	-	(281)	3.123	17.618
Veículos	14.780	-	(422)	813	15.171	-	-	4.999	20.170
Instalações e Edificações	1.563	-	-	-	1.563	-	(5)	-	1.558
Sistemas Operacionais	100.111	-	(393)	1.835	101.553	-	(2.530)	1.933	100.956
Imobilizações em Andamento	17.691	12.313	-	(5.454)	24.550	22.343	-	(11.557)	35.336
	150.708	12.313	(1.402)	(616)	161.003	22.343	(2.926)	(1.138)	179.282

(1) O valor de R\$ 616 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.138 em 31 de dezembro de 2010, corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, à equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 3.262 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 1.017 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 64 desde o início da concessão até 1º de janeiro de 2009.

Movimentação da depreciação

	01/01/2009			31/12/2009			31/12/2010		
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação		
Móveis e Utensílios	(1.814)	(263)	198	(1.879)	(259)	65	(2.073)		
Máquinas e Equipamentos	(6.673)	(1.679)	196	(8.156)	(1.773)	258	(9.671)		
Veículos	(7.234)	(2.876)	336	(9.774)	(2.641)	-	(12.415)		
Instalações e Edificações	(1.266)	(185)	-	(1.451)	(108)	-	(1.559)		
Sistemas Operacionais	(58.353)	(6.155)	182	(64.326)	(5.801)	2.245	(67.882)		
	(75.340)	(11.158)	912	(85.586)	(10.582)	2.568	(93.600)		

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

12 Intangível

	Taxa anual de amortização %	31/12/2010			31/12/2009			01/01/2009		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de uso de infraestrutura (a)	(*)	1.451.035	(393.388)	1.057.647	1.253.183	(327.022)	926.161	1.119.758	(274.413)	845.345
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	5.667	(4.647)	1.020	5.366	(3.784)	1.582	5.125	(2.905)	2.220
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	3.225	(1.235)	1.990	2.235	(701)	1.534	1.970	(307)	1.663
		<u>1.459.927</u>	<u>(399.270)</u>	<u>1.060.657</u>	<u>1.260.784</u>	<u>(331.507)</u>	<u>929.277</u>	<u>1.126.853</u>	<u>(277.625)</u>	<u>849.228</u>

Movimentação do custo

	01/01/2009		31/12/2009			31/12/2010		
	Custo	Adições	Transferências (b)	Custo	Adições	Transferências (b)	Custo	
Direitos de uso de infraestrutura (a)	1.119.758	133.315	110	1.253.183	198.005	(153)	1.451.035	
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.125	-	241	5.366	-	301	5.667	
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.970	-	265	2.235	-	990	3.225	
	<u>1.126.853</u>	<u>133.315</u>	<u>616</u>	<u>1.260.784</u>	<u>198.005</u>	<u>1.138</u>	<u>1.459.927</u>	

Movimentação da amortização

	01/01/2009		31/12/2009		31/12/2010	
	Amortização	Adições	Amortização	Adições	Amortização	Adições
Direitos de uso de infraestrutura (a)	(274.413)	(52.609)	(327.022)	(66.366)	(393.388)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	(2.905)	(879)	(3.784)	(863)	(4.647)	
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(307)	(394)	(701)	(534)	(1.235)	
	<u>(277.625)</u>	<u>(53.882)</u>	<u>(331.507)</u>	<u>(67.763)</u>	<u>(399.270)</u>	

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Do montante de R\$ 1.451.035 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 81.164 refere-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado aos usuários. As principais obras de melhorias em andamento em 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:

1. Marginal RJ Norte km 170,4 a 176,0;
2. Ponte canal Vigário km 232,2 PN/S (RJ);
3. Marginal RJ Sul km 173,7 ao 176,0;
4. Ponte córrego Jataí km 33,66 PN (SP);
5. Implantação interseção desnível no km 38 SP;
6. Ponte rio Pirai km 237,23 PN (RJ);
7. Implantação novo CPR (Centro de Pesquisa Rodoviária);

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

8. Restauração na balança de Resende;
9. Nova pista Serra das Araras;
10. Implantação alças trevo Arujá km 201/SP;
11. Obras civis para troca de sistema de pedágio;
12. Acesso parque industrial Guararema km 177 PNS-SP;
13. Implantação trevo km 58,15 Guaratinguetá/SP;
14. Implantação da praça de pedágio Paratei km 182,50 SP;
15. Adequação viária e obra de arte especial km 197,5 ao km 198 PN SP.

(b) O valor de R\$ 616 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1.138 em 31 de dezembro de 2010 (líquido de depreciação), corresponde às reclassificações do ativo imobilizado para intangível.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 8.883 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 2.259 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 19.149 desde o início da concessão até 01 de janeiro de 2009. A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,19% ao mês durante o exercício de 2010 (em média, 0,11% ao mês durante o exercício de 2009).

13 Empréstimos, financiamentos e leasing

Item	Instituições Financeiras	Taxas		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
		contratuais (% a.a)	Vencimentos			
	BNDES	TJLP + 4,5	Fevereiro de 2009	-	-	2.142
(1)	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 3,0	Novembro de 2011	243	505	764
(1)	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	TJLP + 3,0	Maio de 2012	608	1.051	1.492
(2)	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7	Outubro de 2013	310	419	-
(3)	Banco Itaú BBA S.A.	CDI + 1,8	Dezembro de 2010	-	362.500	-
(4)	Banco Alfa de Investimento S.A.	TJLP + 1,0	Julho de 2015	1.068	-	-
(5)	Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	CDI + 1,5	Outubro de 2013	3.333	-	-
	Total			<u>5.562</u>	<u>364.475</u>	<u>4.398</u>
	Total circulante			2.176	363.079	2.751
	Total não circulante			3.386	1.396	1.647

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/12/2010
2012	1.853
2013	1.156
2014	238
2015	139
Total	<u>3.386</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas contratuais de acordo com o índice do quadro acima. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- (1) Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a Companhia firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco e Unibanco (atualmente Itaú Unibanco), no valor total de R\$ 2.920, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de autossocorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012. Os encargos financeiros desses contratos são de 3% a.a. acrescido de TJLP.
- (2) Em 10 de outubro de 2008, a Companhia firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R\$ 435, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 17 de agosto de 2009 e 15 de outubro de 2013. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2008 e 15 de julho de 2009 e mensalmente no período de amortização. Os encargos financeiros desse contrato são de 1,7% a.a. acrescido de TJLP.
- (3) Em 29 de julho de 2009, a CCR transferiu a totalidade de seus direitos e obrigações previstas em Contrato de Mútuo firmado com a Companhia em 10 de fevereiro de 2009, para o Itaú BBA S.A. através do Aditamento e Consolidação de Dívida Subordinada, sendo o montante desta Cessão de R\$ 347.354, com vencimento em 30 de dezembro de 2010.

A remuneração desta Cessão é correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias do CDI de um dia, acrescida de 1,80% a.a., sendo a remuneração paga integralmente na data de vencimento, ou na data do pagamento antecipado facultativo. Este financiamento foi liquidado em 17 de novembro de 2010.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- (4) Em 17 de junho de 2010, a Companhia firmou quatro contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Banco Alfa de Investimento S.A., no montante total de R\$ 1.053, destinado à compra de caminhões, plataformas de autossocorro e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de julho de 2015. Os juros serão pagos trimestralmente, em 15 de outubro de 2010 e 15 de fevereiro de 2012 e mensalmente no período de amortização. Os encargos financeiros desses contratos são de 1% a.a. acrescido de TJLP.
- (5) Desde julho de 2010, a Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil no montante de R\$ 3.736, junto ao Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com vencimentos finais a partir de junho de 2013 até outubro de 2013. Os encargos financeiros destes contratos são CDI + 1,5% a.a.

14 Debêntures

	Taxas Contratuais	Custo Efetivo (%a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custos de transação a apropriar	Vencimentos	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures								
1. Série 1	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164% (a)	1.468	-	Julho de 2010	-	24.243	49.385
1. Série 2	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0254% (a)	1.469	-	Julho de 2010	-	-	29.455
2. Série 1	110,50% do CDI	0,01328% (b)	1.589	1.589	Outubro de 2015	304.557	-	-
2. Série 1	112,50% do CDI	0,01328% (b)	1.059	1.059	Outubro de 2015	203.093	-	-
Total						507.650	24.243	78.840
Debêntures						7.650	24.243	28.289
Custo da transação						(793)	(62)	(248)
Total circulante						6.857	24.181	28.041
Debêntures						500.000	-	50.551
Custo da transação						(1.855)	-	(62)
Total não circulante						498.145	-	50.489

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a influência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	31/12/2010
2012	71.400
2013	142.800
2014	142.800
2015	143.000
Total	<u>500.000</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 1º de julho de 2004, a Companhia emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R\$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R\$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.

Esta série foi liquidada em sua totalidade no dia 30 de Junho de 2010.

- Segunda série:
 - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
 - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Esta série foi liquidada em sua totalidade no dia 31 de dezembro de 2009.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão e manter em conta reserva o equivalente a 06 meses de serviço da dívida projetada ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

Em 1º de outubro de 2010, a Companhia emitiu, através da Segunda Emissão, quinhentas mil debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com Garantia Flutuante e Subordinada, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor nominal total de emissão de R\$ 500.000.

As séries das debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- Primeira série:
 - Espécie: Garantia Flutuante
 - Quantidade: 300.000 debêntures;
 - Valor: R\$ 300.000
 - Remuneração: As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,5% do CDI a.a.;
 - Amortização: parcelas anuais, entre 28 de outubro de 2012 e 28 de outubro de 2015;
 - Juros: parcelas semestrais, entre 28 de outubro de 2011 e 28 de outubro de 2015.
- Segunda série:
 - Espécie: Subordinada
 - Quantidade: 200.000 debêntures
 - Valor: R\$ 200.000
 - Remuneração: As Debêntures farão jus ao pagamento dos juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 112,5% do CDI a.a
 - Amortização: parcelas anuais, entre 28 de outubro de 2012 e 28 de outubro de 2015;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Juros: parcelas semestrais, entre 28 de outubro de 2011 e 28 de outubro de 2015.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, a critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuição de dividendos, pela Emissora, em valor superior ao mínimo legal, caso:
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) menor ou igual à 1,20;
- Dívida líquida/EBITDA, maior ou igual a 4;
- Redução do capital social da Emissora após a Data de Emissão para um valor inferior a R\$100.000 mil, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 2/3 dos titulares das Debêntures em circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

15 Fornecedores

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores e Prestadores de Serviços Nacionais (a)	26.237	17.544	15.520
Fornecedores e Prestadores de Serviços Estrangeiros (a)	217	203	342
Cauções e Retenções Contratuais (b)	11.930	11.042	9.353
	<u>38.384</u>	<u>28.789</u>	<u>25.215</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, é retido 5% do valor medido até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

16 Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante			
COFINS	2.886	4.440	5.442
IRPJ e CSLL (a)	2.154	1.912	-
ISSQN (b)	994	-	-
INSS (a)	717	635	-
CSLL (a)	221	199	239
IRRF (a)	17	14	-
Total circulante	<u>6.989</u>	<u>7.200</u>	<u>5.681</u>
Não circulante			
IRPJ e CSLL (a)	18.705	17.208	-
INSS (a)	6.218	5.711	-
COFINS	-	2.590	8.164
CSLL	166	348	876
IRRF (a)	143	132	-
Total não circulante	<u>25.232</u>	<u>25.989</u>	<u>9.040</u>
Total	<u>32.221</u>	<u>33.189</u>	<u>14.721</u>

(a) Em 16 de novembro de 2009 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos instituído na Lei nº. 11.941/09.

O saldo de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, também foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos para débitos tributários federais, previsto na Lei nº. 11.941/09. Aguarda-se a homologação pela Receita Federal do Brasil destes pedidos de adesão.

Os impostos parcelados através da Lei nº. 11.941/09 serão pagos em até 155 parcelas mensais iguais e consecutivas, e atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

(b) Com base na redefinição pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT dos percentuais relativos à apuração do imposto e a inclusão do Município de Itaguaí-RJ na lista dos municípios limítrofes junto à faixa de domínio da concessão, a Companhia efetuou levantamento dos débitos de ISSQN relativo aos últimos 5 anos (valor original de R\$ 1.171) e firmou junto ao

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

referido município processo de parcelamento dos débitos em 20 parcelas, que serão reajustadas anualmente com base na taxa Selic.

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Movimentação dos processos

	01/01/2009	31/12/2009			31/12/2010			
	Total	Constituição de provisão	Realização	Total	Constituição de provisão	Realização	Transferências	Total
Não circulante								
Cíveis – Indenização aos usuários da rodovia	3.650	4.183	(1.533)	6.300	4.518	(3.240)	(59)	7.519
Trabalhistas	-	-	-	-	38	-	59	97
Total	3.650	4.183	(1.533)	6.300	4.556	(3.240)	-	7.616

A Companhia possui outras contingências passivas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 23.804 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 15.509 em 2009), para os quais nenhuma provisão foi constituída. Desse montante, R\$ 5.015 referem-se a questões tributárias e fiscais e R\$ 18.789 a questões cíveis e trabalhistas.

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 12.377 para os processos em andamento.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

18 Provisão de manutenção

	31/12/2009					31/12/2010					
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Total
Circulante											
Provisão de manutenção	1.979	1.513	292	(2.402)	81.024	82.406	(35.675)	8.863	(54.101)	95.327	96.820
Não circulante											
Provisão de manutenção	141.431	32.855	22.050	-	(81.024)	115.312	92.886	26.790	-	(95.327)	139.661

O saldo de abertura, na data de transição, e os novos projetos com início de provisão durante o exercício de 2009 foram trazidos a valor presente à taxa de 14,75% ao ano e os projetos com início de provisão no exercício de 2010 foram trazidos a valor presente à taxa de 12,34% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos.

Em 31 de dezembro de 2010 o montante provisionado corresponde a R\$ 217.240 do fluxo de caixa nominal dos projetos (R\$ 268.102 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 175.693 em 1º de janeiro de 2009).

Para uma descrição da natureza das obrigações provisionadas acima, bem como da indicação das incertezas relacionadas, vide notas explicativas nº. 2 e nº. 3 item “j”.

19 Arrendamento mercantil

a. Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Até um ano	44	188	935
Acima de um ano e até cinco anos	-	410	56

A Companhia opera com 23 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$ 2.264 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.740 em 31 de dezembro de 2009).

b. Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$ 3.663 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até 3 anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado – valor residual

	31/12/2010
Veículos	3.486

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$ 200.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	<u>Valor Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>
	31/12/2010	31/12/2010
Até um ano	1.358	1.265
Acima de um ano e até cinco anos	2.094	2.068

20 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito é representado por 128.766.186 de ações, sendo 64.383.093 ordinárias e 64.383.093 preferenciais, sem valor nominal.

Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante o exercício de 2009 e

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

2010.

Em 30 de abril de 2010, a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 27.142, sendo R\$ 8.667 a conta de reserva legal e R\$ 18.475 mediante capitalização de reserva de retenção de lucros.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Estatuto da Companhia, até o limite de 10% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovado em Assembléia Geral Ordinária.

c. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) considerando como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado.

Em 12 de fevereiro de 2010, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária, a Companhia distribuiu dividendos intermediários, no montante de R\$ 24.466, correspondente a R\$ 0,19 por ação, à conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2009 e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 11.944, cujo valor estava provisionado no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Em 18 de novembro de 2010, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, a

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Companhia distribuiu dividendos intermediários, no montante de R\$ 116.920, correspondente a R\$ 0,908 por ação, sendo R\$ 33.774 sobre a reserva de retenção de lucros do exercício de 2009, e R\$ 83.145 sobre os lucros apurados no balanço patrimonial no primeiro semestre de 2010.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	131.220
(-) Reserva legal	(6.561)
(-) Reserva estatutária	<u>(656)</u>
Base de cálculo	124.003
(+) Dividendos mínimos obrigatórios	31.001
(+) Dividendos propostos adicionais ao mínimo obrigatório	52.144
(-) Dividendos antecipados	(83.145)
Dividendos a pagar	<u>-</u>

d. Lucro por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC 41 – Lucro por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Segue abaixo, o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	131.220	139.493
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	64.383.093	64.383.093
Média ponderada de ações preferenciais- básico e diluído	64.383.093	64.383.093
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,97	1,03
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	1,07	1,13

21 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias) possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas CCR S/A e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Total
Ativos												
Aplicações financeiras	15.737	-	-	15.737	28.939	-	-	28.939	22.201	-	-	22.201
Contas a receber	-	11.487	-	11.487	-	9.211	-	9.211	-	8.718	-	8.718
Partes relacionadas	-	46.869	-	46.869	-	37.397	-	37.397	-	32.113	-	32.113
Passivos												
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	(362.500)	(362.500)	-	-	-	-
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(2.229)	(2.229)	-	-	(1.975)	(1.975)	-	-	(4.398)	(4.398)
Debêntures	-	-	(505.002)	(505.002)	-	-	(24.181)	(24.181)	-	-	(78.530)	(78.530)
Leasing	-	-	(3.333)	(3.333)	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(46.660)	(46.660)	-	-	(36.353)	(36.353)	-	-	(32.259)	(32.259)
Partes relacionadas	-	-	(29.462)	(29.462)	-	-	(23.579)	(23.579)	-	-	(21.325)	(21.325)
Total	15.737	58.356	(586.686)	(512.593)	28.939	46.608	(448.588)	(373.041)	22.201	40.831	(136.512)	(73.480)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico o valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e partes relacionadas ativas** - São classificadas como empréstimos e recebíveis e mensuradas pelo método do custo amortizado;
- **Leasing, partes relacionadas passivas, fornecedores e outras contas a pagar** – Estão registrados pelo método do custo amortizado;

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- **Empréstimos e Debêntures** – São classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (*)	-	-	364.475	362.500	-	-
Debêntures (*)	505.002	528.143	24.181	24.482	78.530	78.840

(*) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas na BM&F mais cupom e trazendo a valor presente pelas taxas de mercado, equivalentes às taxas contratuais projetadas.

- **Financiamentos** – São classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo. Conforme descrito na nota explicativa nº. 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 15.737 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 28.939 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 22.201 em 1º de janeiro de 2009.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2011. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas demonstrações financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ (3)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Outubro de 2015	507.650	(60.467)	(71.251)	(90.951)
				<u>(60.467)</u>	<u>(71.251)</u>	<u>(90.951)</u>

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	10,64%	13,30%	15,96%
---------	--------	--------	--------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2010, divulgada pela CETIP.

(3) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2010 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à TJLP (Finame), em virtude de se considerar que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferecendo riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

22 Cobertura de Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas conforme abaixo:

- Riscos de engenharia - Cobertura por obra, sendo o maior valor R\$ 123.719;
- Riscos patrimoniais e responsabilidade civil - R\$ 55.000 e R\$ 15.000, respectivamente;
- Perda de receita - Previsão de faturamento para doze meses de R\$ 958.548, sendo o período indenizatório de até 30 dias ou R\$ 79.879.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 33.497, cobrindo riscos das obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

23 Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2010 esses compromissos estavam estimados em R\$ 707.829 (R\$ 520.382, em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 512.373 em 01 de janeiro de 2009).

Estes investimentos se destinam a melhorias na infraestrutura para que a mesma possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

24 Resultado Financeiro

	2010	2009
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(45.548)	(21.773)
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	(35.653)	(22.342)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(4.093)	(1.142)
Variação monetária sobre debêntures	(1.314)	(469)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	(675)	(763)
Juros e variações monetárias sobre mútuo	-	(21.354)
Juros sobre obrigações fiscais - Lei nº. 11.941/09	-	(11.439)
Juros indedutíveis - Lei nº. 11.941/09	-	(6.803)
Multas indedutíveis - Lei nº. 11.941/09	-	(5.112)
Juros sobre obrigações sociais - Lei nº. 11.941/09	-	(4.706)
Capitalização de custos dos empréstimos	12.145	3.276
IOF	(831)	(6.938)
	<u>(75.969)</u>	<u>(99.565)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.640	4.369
Juros e outras receitas financeiras	112	70
Descontos obtidos	23	7
Descontos obtidos - Lei nº. 11.941/09	-	18.373
Variação monetária sobre debêntures	-	1.599
	<u>2.775</u>	<u>24.418</u>
	<u>(73.194)</u>	<u>(75.147)</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

25 Receitas

Receitas	31/12/2010	31/12/2009
Receita de pedágio	900.052	782.242
Receitas de contrato de construção	189.104	129.313
Receitas acessórias	24.784	22.270
	<u>1.113.940</u>	<u>933.825</u>

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Receitas brutas	1.113.940	933.825
Menos:		
Impostos sobre receitas	(80.138)	(69.701)
Devoluções e abatimentos	113	61
Total das receitas	<u>1.033.915</u>	<u>864.185</u>

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Composição do Conselho de Administração

Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Márcio José Batista	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

Composição da Diretoria

Ascendino da Silva Mendes	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
José Herzen Salgado Alves	Diretor Operacional

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

* * *

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Passivo	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	17.695	32.334	25.381	Empréstimos, financiamentos e leasing	2.176	363.079	2.751
Contas a receber	11.487	9.211	8.718	Debitores	6.857	24.181	28.041
Partes relacionadas	46.869	37.397	32.113	Fornecedores	38.384	28.789	25.215
Impostos a recuperar	585	1.259	1.064	Partes relacionadas	29.462	23.579	21.325
Despesas antecipadas	1.375	619	674	Impostos e contribuições a recolher	19.656	11.169	12.407
Outros créditos	5.114	649	1.643	Juros sobre capital próprio	-	11.944	20.670
				Dividendos a pagar	-	-	51.068
				Obrigações sociais e trabalhistas	2.921	1.680	2.239
				Impostos e contribuições parcelados	6.989	7.200	5.681
				Outras contas a pagar	8.276	7.564	7.044
				Provisão de manutenção	96.820	82.406	1.979
Total do ativo circulante	83.125	81.469	69.593	Total do passivo circulante	211.541	561.591	178.420
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e leasing	3.386	1.396	1.647
Ativo fiscal diferido	120.074	90.975	63.480	Debitores	498.145	-	50.489
Depósitos judiciais	1.589	1.502	1.381	Impostos e contribuições parcelados	25.232	25.989	9.040
	121.663	92.477	64.861	Provisão para contingências	7.616	6.300	3.650
				Passivo fiscal diferido	113.880	106.221	100.177
				Provisão de manutenção	139.661	115.312	141.431
Imobilizado	85.682	75.417	75.368	Total do passivo não circulante	787.920	255.218	306.434
Intangível	1.060.657	929.277	849.228	Patrimônio líquido			
				Capital social integralizado	257.911	230.769	208.601
				Reserva de lucros	93.755	131.062	365.595
Total do ativo não circulante	1.268.002	1.097.171	989.457	Total do patrimônio líquido	351.666	361.831	574.196
Total do ativo	1.351.127	1.178.640	1.059.050	Total do passivo e patrimônio líquido	1.351.127	1.178.640	1.059.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2010	2009 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	25	1.033.915	864.185
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(189.104)	(129.313)
Provisão de manutenção	18	(57.211)	(34.368)
Depreciação e amortização		(76.704)	(63.218)
Custos com obrigações poder concedente		(13.683)	(17.362)
Serviços		(328.079)	(240.398)
Custo com pessoal		(6.115)	(5.628)
Materiais, equipamentos e veículos		(3.943)	(3.209)
Outros		(8.923)	(4.456)
		<u>(683.762)</u>	<u>(497.952)</u>
Lucro bruto		350.153	366.233
Despesas gerais e administrativas		(79.013)	(79.995)
Outras despesas operacionais		<u>(335)</u>	<u>(171)</u>
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras e impostos		270.805	286.067
Despesas financeiras	24	(75.969)	(99.565)
Receitas financeiras	24	<u>2.775</u>	<u>24.418</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		197.611	210.920
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	9a	(87.831)	(92.879)
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	9a	<u>21.440</u>	<u>21.452</u>
Lucro líquido do exercício		<u>131.220</u>	<u>139.493</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em reais)			
Ordinárias		0,97	1,03
Preferenciais		1,07	1,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de Lucros					Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (Reapresentado)		208.601	10.833	3.372	88.268	263.122	-	574.196
Distribuição de dividendos em 13 de fevereiro de 2009		-	-	-	-	(263.122)	-	(263.122)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	139.493	139.493
Aumento de capital	20a	22.168	(10.833)	-	(11.335)	-	-	-
Destinações:								
Reserva legal		-	8.667	-	-	-	(8.667)	-
Reserva estatutária		-	-	867	-	-	(867)	-
Dividendos intermediários em 14 de agosto de 2009		-	-	-	-	-	(74.684)	(74.684)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(14.052)	(14.052)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	41.223	-	(41.223)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)		230.769	8.667	4.239	118.156	-	-	361.831
Aumento de capital	20a	27.142	(8.667)	-	(18.475)	-	-	-
Distribuição de dividendos em 12 de fevereiro de 2010	20c	-	-	-	(24.466)	-	-	(24.466)
Distribuição de dividendos em 18 de novembro de 2010	20c	-	-	-	(33.774)	-	-	(33.774)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	131.220	131.220
Destinações:								
Reserva legal	20b	-	6.561	-	-	-	(6.561)	-
Reserva estatutária	20b	-	-	656	-	-	(656)	-
Dividendos intermediários em 18 de novembro de 2010	20c	-	-	-	-	-	(83.145)	(83.145)
Reserva de retenção de lucros	20b	-	-	-	40.858	-	(40.858)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		257.911	6.561	4.895	82.299	-	-	351.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.